

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 17/09/2013 - Edição 900

Mais uma vez, Prosegur afronta trabalhadores. Agora, vigilantes do Peru sofrem ameaças.



Trabalhadores da Prosegur/Peru reivindicam melhores condições de trabalhos

Em uma grande vitória do Sindicato e dos companheiros vigilantes da Prosegur Peru, a conquista de um acordo colocou fim à greve iniciada na quinta passada (12). A pauta de reivindicações apresentada aos patrões contemplava itens como a assinatura de um acordo coletivo e a reintegração de seis demitidos por filiação sindical. Dois pontos continuam em discussão: reajuste salarial e bônus financeiro.

“Finalmente a empresa parou para discutir os temas propostos pelo Sindicato e chegar a acordos que foram discutidos no Ministério do Trabalho”, afirmou o diretor regional da UNI Marvin Largaespada, em e-mail enviado na manhã desta terça-feira (17).

Apesar desta vitória é fundamental que funcionários da Prosegur de todos os países em que a empresa tem contratos fiquem atentos às suas constantes práticas de desrespeito e afronta aos direitos dos trabalhadores e à legislação local. No Peru, por exemplo, a empresa não permitiu a entrada de representantes do Ministério do Trabalho para averiguar se existiam

trabalhadores substitutos no intuito de enfraquecer a greve.

Além disso, a empresa está chamando as famílias dos trabalhadores para dizer que a greve é ilegal e que o vigilante deve tomar a decisão de retornar ao trabalho se quiser manter seu emprego. Registraram também um comunicado afirmando que a greve convocada pelo sindicato é ilegal. Fontes do Ministério do Trabalho afirmaram que na sexta-feira (13) a empresa deu início ao processo para realizar mais demissões, mesmo com a emissão, por parte do Ministério, de um documento afirmando que os representantes dos trabalhadores cumpriram as exigências para deflagrar a paralisação.

“Estamos muito preocupados com a situação no Peru”, afirmou o diretor regional da UNI Benjamin Parton. “O Diretor de Manutenção Regional e do setor da segurança, Marvin Largaespada, está em Lima desde o começo da paralisação para dar acompanhamento e dar suporte aos companheiros”, disse.

Como forma de unir forças a Uni Américas sugere que os sindicatos da Prosegur Alliance coloquem mensagens de apoio da página da entidade (www.facebook.com/uniamericasunion); vigilantes da Prosegur de outros países, divulguem este conflito em suas redes sociais deixando claro as seguintes reivindicações:

- Respeito aos direitos dos sindicatos dos trabalhadores do Peru;
- Negociação responsável e com propostas concretas, que visem resolver o problema;
- Dar condições para que as autoridades do Ministério do Trabalho realizem as inspeções, conforme prevê a lei peruana;
- Fim da pressão psicológica em familiares de empregados para exigir o retorno ao trabalho.

A Confederação Nacional dos Vigilantes apoia a luta dos trabalhadores não só no país, mas em todo o mundo. A Prosegur demonstra constantemente que é capaz de fazer uso das mais ardilosas artimanhas para garantir lucro, mesmo que para isso seja necessário explorar seus funcionários e lhes roubar o que é de direito. A CNTV reitera seu compromisso com a luta dos companheiros do Paraguai, do Peru, do Brasil e de todos os outros países que sofrem com as práticas antissindiciais e abusivas desta empresa.

O presidente da CNTV, José Boaventura, reafirmou o apoio aos companheiros da Prosegur. Assim como no Paraguai, no Espírito Santo e em tantos outros locais, a empresa mais uma vez demonstra desrespeito aos trabalhadores e suas famílias. “São constantes as práticas antissindiciais, os ataques aos direitos dos trabalhadores. A empresa tenta, a qualquer custo, desmobilizar seus funcionários para continuar lucrando com a exploração do trabalho desses companheiros”, denunciou.

“No Brasil, no estado do Espírito Santo, funcionários da Prosegur e da Brinks demonstraram o poder da união. Resistiram por mais de 60 dias e saíram vitoriosos. Essa é uma das ferramentas para arrancar dos empresários truculentos os direitos dos trabalhadores. Não podemos nos desmobilizar enquanto não houver o cumprimento efetivo do que foi acordado”, orientou Boaventura.

Fonte: CNTV

Na Assembleia Legislativa do Paraná, trabalhadores e autoridades do trabalho dizem não ao PL 4330



O Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná foi a caixa de ressonância de um retumbante não ao Projeto de Lei 4.330/2004 que tramita no Congresso Nacional. A proposta, do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), escancara as terceirizações no Brasil, precarizando as relações do trabalho e acabando com os direitos trabalhistas no Brasil.

Representantes do judiciário, do Ministério Público do Trabalho, deputados estaduais e federais, além de centenas de trabalhadores e trabalhadoras rejeitaram de forma veemente o Projeto de Lei durante a audiência pública convocada pela Comissão de Direitos Humanos do legislativo estadual.

“Projeto entra no campo da CLT sem dizer que está alterando esta lei. No início parecia uma singela regulamentação. Mas o que está em jogo é o conceito de

trabalho. O que é o trabalho e qual é o nível de proteção que os trabalhadores e as trabalhadoras devem ter? Este projeto, inclusive, vai na contramão do que estamos votando no congresso”, disse o deputado federal e vice-presidente da Câmara Nacional, André Vargas, referindo-se a recente aprovação da PEC das domésticas no Congresso Nacional.

O representante da CUT Nacional na audiência, Roni Barbosa, destacou os principais pontos negativos do projeto, como a pulverização da representação sindical e a terceirização da atividade-fim nas empresas. “Estatísticas do Dieese nos mostram que os trabalhadores terceirizados passam, em média, 2,6 anos a menos em seus postos de trabalho e trabalham semanalmente 3,5 horas a mais. Nos acidentes de trabalho, a cada 10, oito são com trabalhadores contratados nesta modalidade. Então como este projeto pode melhorar as condições de trabalho? Esta é a pergunta que a CUT faz aos deputados”, afirmou.

“Eu venho de uma categoria terceirizada, que é a categoria dos vigilantes e sei o que significará na prática para a classe trabalhadora este projeto. Precisamos lutar, com todas as nossas possibilidades, para que ele não seja aprovado. É um grande retrocesso. É o Projeto de Lei da Escravidão”, enfatizou a presidenta da CUT-PR, Regina Cruz.

Além das posições políticas e de defesa da classe trabalhadora, também somaram-se as vozes técnicas do

Ministério Público do Trabalho e da Associação Nacional dos Advogados Trabalhistas (Anamatra). Os juristas avaliaram como um grande retrocesso na legislação uma possível aprovação do projeto.

“O Ministério Público do Trabalho no Paraná e no Brasil tem posição firmada contrária ao Projeto de Lei 4.330. Aprovado este projeto se faz uma reforma as avessas, sem o debate democrático que deve ter toda legislação trabalhista. Ele afeta diretamente políticas afirmativas da pessoa com deficiência. Se aprovado, uma empresa não precisará ter empregados, apenas terceirizados. Afeta também condições de saúde e segurança, pois normas de saúde e segurança estão vinculadas muitas vezes a quantidade de empregados de uma empresa”, alertou procurador chefe do Ministério Público do Trabalho do Paraná, Ricardo Bruel.

O diretor da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira, foi enfático. “Nem o mais liberal dos sonhadores teria coragem de apresentar um projeto destes. A impressão que temos, com pesquisas, que os trabalhadores terceirizados sofrem duas vezes mais

acidentes de trabalho no mesmo local, nos leva a concluir serão mais mutilações, mais acidentes, mais mortes. Com isso serão mais pensões, mais despesas previdenciárias e com arrecadação menor. Então como fecha esta conta? Isto além da rotatividade, que também é maior e gera o seguro desemprego”, criticou Nogueira.

Nesta quarta-feira (18) será realizada uma Audiência Pública no Congresso Nacional, reunindo lideranças sindicais, juristas e outros representantes da sociedade civil organizada.

Também participaram da audiência a presidenta da CUT-PR, Regina Cruz, a vice-prefeita de Curitiba, Mirian Gonçalves, os deputados estaduais Enio Verri, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Gilberto Martin, o deputado Federal Fernando Francischini, representantes da Força Sindical, Nova Central, CTB e UGT, além de diversos sindicatos, como o Sindicato dos Vigilantes, dos servidores públicos municipais de Curitiba e dos Jornalistas Profissionais do Paraná. Na Assembleia Legislativa, trabalhadores e autoridades do trabalho dizem não ao PL da terceirização.

Fonte: CUT

Militantes CUTistas vão fazer pressão em audiência pública

Apesar de estar fora da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, o PL 4330, que flexibiliza e precariza as relações de trabalho, ainda poderá ser aprovado no plenário da Casa. Para impedir que o texto tenha o aval dos parlamentares, a CUT convoca a militância e a sociedade para dar continuidade à luta contra o projeto nesta terça-feira (17) e, principalmente, na quarta-feira (18), quando será realizada audiência pública sobre o PL 4330. A convocação foi definida em Plenária com os sindicatos filiados à CUT Brasília nesta segunda-feira (16).

Na terça-feira, dia 17, os CUTistas se concentrarão às 14h, na sede da Central, e seguirão para o Congresso Nacional. O objetivo é fazer trabalho de convencimento com os parlamentares para barrar o PL 4330.

“Por conta das nossas atividades de pressão na Câmara, conseguimos que o PL 4330 saísse da pauta da CCJC, onde tínhamos chances de vencermos, devido o trabalho que fizemos junto aos parlamentares. Entretanto, foi feita uma manobra pelo presidente da Câmara para levar o projeto direto ao Plenário. Lá, nosso espaço é diferente, mais amplo. Por isso, temos que ficar vigilantes, continuar nossa luta e garantirmos o arquivamento desse PL que rouba os direitos trabalhistas”, explica o presidente da CUT Brasília, Rodrigo Britto.

Já na quarta-feira, dia 18, os manifestantes se concentrarão às 8h na tenda da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), montada em frente ao Congresso Nacional, para definir como atuarão para acompanhar a audiência pública que discutirá o PL 4330, já que ato da Mesa Diretora da Câmara limitou o acesso de pessoas à Casa. Com a medida, apenas 200 pessoas teriam acesso à galeria do Plenário onde a discussão do PL será feita.

Outras pautas

Ainda na quarta-feira, os militantes CUTistas acompanharão a votação do Plano Nacional de Educação – PNE, na CCJC do Senado. O projeto está parado no Congresso há mais de três anos.

Além disso, os manifestantes também pressionarão pela aprovação da PEC 300, que estabelece o piso salarial nacional de bombeiros, policiais civis e militares.

Em âmbito local, a Plenária ainda pautou a luta contra o PL 1284, do deputado Robério Negreiros (PMDB), que ataca a liberdade e autonomia sindical. O projeto foi aprovado na Câmara Legislativa e seguiu para sanção do governador Agnelo Queiroz.

Fonte: Cut Brasília

Mais um golpe contra os Trabalhadores

Mais um golpe contra os Trabalhadores

Está nas mãos do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, a aprovação ou o veto do projeto de lei 1284/2012, do deputado distrital Robério



deputado
distrital
Robério
Negreiros
(PMDB),

Negreiros (PMDB), que afronta o direito à liberdade e autonomia sindical. Aprovado pelo Plenário da Câmara Legislativa no último dia 28 de junho, o PL é repudiado pela CUT Brasília, por se tratar de mais um grave ataque à livre organização dos trabalhadores. Caso sancionado por Agnelo, a CUT entrará com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), no Supremo Tribunal Federal (STF), para impedir que a nova lei vigore.

O PL 1284/2012 determina que os sindicatos publiquem na internet todas as ações e as prestações de contas relativas às contribuições e demais verbas recebidas. De acordo com o assessor jurídico da CUT Brasília, José Antônio Lemos, o projeto é inconstitucional por “afrontar os princípios de liberdade e autonomia sindical, inseridos na Constituição Federal”. “Um projeto deste teor precisaria partir da Câmara Federal e não Distrital. Não existe lei federal que autorize este tipo de fiscalização”, afirma.

Lemos ainda esclarece que, as verbas dos sindicatos são de “natureza privada e não pública e que, por isso, não precisam ter publicidade”. “Cabe aos sindicatos, através de seus estatutos e órgãos deliberativos, determinar como se dará as prestações de contas no que se refere a sua arrecadação, direito este previsto no inciso IV do artigo 8º da constituição Federal”, explica.

De acordo com o deputado Chico Vigilante, o PL 1284 tem o objetivo de “enfraquecer os sindicatos”. “Este é um projeto inconstitucional e reflete os ideais de empresários, que fazem o enfrentamento diário com os sindicatos dos trabalhadores. Ele (Robério Negreiros) quer através desse projeto enfraquecer os sindicatos. Essa gente sai pedindo voto de trabalhador e depois apresenta esse tipo de projeto para prejudicar o trabalhador. Quem tem que fiscalizar os sindicatos são os trabalhadores”, avalia Chico Vigilante.

Para o secretário de Organização Política Sindical da CUT Brasília, Roberto Miguel, o projeto de lei 1284 insulta

a luta de dirigentes sindicais para garantir a existência de entidades de fato representativas e comprometidas com a classe trabalhadora. “Este é um projeto de um empresário. Por aí já se pode deduzir que há interesse em fragilizar os sindicatos e a luta organizada da classe trabalhadora. Lutamos durante anos para tirar os sindicatos das mãos de interferências e intervenções externas, sejam elas do governo ou privada, e não podemos retroceder nisso, em detrimento da garantia da autogestão das organizações sindicais. Cabe somente ao trabalhador controlar as ações e as verbas do seu sindicato”, avalia.

“Querem intervir, controlar e calar os sindicatos dos trabalhadores. Não permitiremos esse ultraje. Não serão deputados, governantes e empresários-patrões que irão dizer como o trabalhador deve usar seus recursos na luta contra a exploração patronal. Este PL é mais um grave ataque à organização dos trabalhadores. Os patrões tramam, com ajuda da grande maioria dos parlamentares, para nos enfraquecer, roubar nossos direitos e ter mais lucros a custa da saúde e da vida do trabalhador. Não iremos permitir, como estamos demonstrando no caso do PL 4330 que tramita na Câmara dos Deputados”, afirma Rodrigo Britto, presidente da CUT Brasília.

O prazo para a análise do PL 1284 pelo governador do DF vai até dia 20 deste mês. Se vetado, ele volta para a Câmara Legislativa, onde será avaliado novamente pelo Plenário.

Liberdade e autonomia sindical



O artigo 8º da Constituição Federal garante que os trabalhadores associem-se de forma livre e constituam sindicatos ou associações que não deverão sofrer “intervenção externa, estranhas, estatais ou privadas”. A garantia sintetiza a liberdade e a autonomia sindical.

O direito à livre associação e gerências das contas sindicais ainda é reforçado pela Convenção nº 98, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que “repele os atos de ingerência à liberdade sindical”.

Fonte: CUT Brasília

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo



site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF